

## **DOURADOS E A REDE URBANA DE MATO GROSSO DO SUL: ARTICULAÇÕES SOCIOESPACIAIS.**

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ) E-mail: [firmino@ceua.ufms.br](mailto:firmino@ceua.ufms.br)

ARAUJO, Ana Gabriela de Jesus - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ) E-mail: [anagabicaaju@yahoo.com.br](mailto:anagabicaaju@yahoo.com.br)

SANTOS, Fernanda – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ) E-mail: [fernanda\\_santos18@hotmail.com](mailto:fernanda_santos18@hotmail.com)

Este trabalho é parte dos estudos sobre a posição de Dourados, cidade localizada ao sul de Mato Grosso do Sul, Brasil, na rede urbana do estado. Por seu intermédio busca-se a identificação das relações que geraram e geram dependências e hierarquizações entre as cidades que compõem a região que ficou comumente denominada de “Grande Dourados”, bem como dela com a capital do estado, Campo Grande e com outros centros do estado ou fora dele.

Na busca desse entendimento e acreditando que a cidade seja fruto de uma construção histórica e social, vimos a necessidade de um resgate histórico, objetivando a compreensão da gênese dessas estruturas cristalizadas e materializadas no espaço, bem como da ocupação territorial. Nas palavras de Milton Santos:

"Se a geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a história não se inscreve fora do espaço." (2005, p.22).

Desta forma, fazendo uma análise das atividades econômicas na região ao longo do tempo, torna-se possível o entendimento da consolidação da posição de

Dourados, como cidade com alto nível de influência entre os municípios que compõem a região da Grande Dourados.

Como antes da criação do Mato Grosso do Sul em 1977, a porção sul do então Estado do Mato Grosso era politicamente marginalizada quando comparada à outras regiões do estado, principalmente em relação a capital Cuiabá, achamos necessário também um recuo histórico que contemple o início da inserção do território mato-grossense ao mercado internacional.

### **1. Formação econômica de Mato Grosso.**

Fundada em 08/05/1719, Cuiabá teve na mineração a sua principal atividade econômica até os fins do século XIX. Embora de grande importância na ocupação do norte do vasto território de Mato Grosso, a atividade mineradora foi perdendo sua força na economia do estado a partir do fim da Guerra do Paraguai, após a liberação das águas do rio Paraguai para a navegação de embarcações de grande calado até o porto de Corumbá. Com o intenso comércio propiciado com a chegada de navios de grande calado que precisavam transportar suas mercadorias para embarcações menores, a cidade de Corumbá tornou-se o principal entreposto comercial e a porta de entrada de mercadorias para todo o território mato-grossense. Isso possibilitou o domínio das casas comerciais, principalmente em Cuiabá e Corumbá.

Nesse período, as casas comerciais detinham o monopólio comercial no estado, o poder de circulação de mercadorias (pela rede fluvial) e a concessão de créditos, pois funcionavam como bancos, aproveitando-se inclusive de outras atividades econômicas, como a borracha no norte e a produção de charque (ALVES, 1984).

Nesse momento, a região de Dourados tinha uma diversificada população indígena, remanescente da ocupação espanhola e da Guerra do Paraguai, que ocupava o território de maneira dispersa, com extensas áreas disponíveis (BATISTA, 1995, p.5). Por outro lado, o povoamento branco era inexpressivo, possuindo baixa densidade populacional, visando somente a segurança nacional e servindo de reserva de colonização, assim sendo um território de passagem dos

exploradores do ouro levado para São Paulo.

Entretanto, na virada do século XIX para o século XX, o sul do estado sofreu mudanças estruturais. O capitalismo, já em sua fase imperialista, instalou-se maciçamente na região, introduzindo novas mercadorias, aprofundando a divisão do trabalho e suprimindo o período manufatureiro das casas comerciais. Com isso, os agentes capitalistas alteraram e dissolveram toda a solidez preconcebida, como escreveu Gilberto Luiz Alves:

A ação das empresas ligadas diretamente ao capital financeiro, que eliminou a mediação da casa comercial, começou por intensificar o processo de concentração da propriedade fundiária e da produção em Mato Grosso (1984, p.43)

Por essas empresas citadas por Alves, implantadas no período de 1891–1929, podemos destacar os grandes latifúndios de pecuária extensiva, como a *Brazil Land and Cattle Packing Co.* do grupo belga Farquar, que criava o gado na região e a Cia. Mate Laranjeira, empresa sediada em Buenos Aires e instalada na região de Dourados em 1872. É importante ressaltar, também, a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), como um importante fator de circulação e escoamento da produção regional. A NOB promoveu um incremento na (re)adequação econômica e (re)valorização do espaço produtivo na porção sul do antigo Mato Grosso.

A partir da chegada da companhia erva-mateira a região sofreu diversas transformações. O desmatamento da mata nativa em favor do cultivo da erva mate e a introdução de mão-de-obra paraguaia, ainda segundo BATISTA (1995) foram os fatores iniciais nessa mudança. À medida que a Mate Laranjeira alcançava lucros cada vez maiores, eram alteradas, tanto a paisagem da região, quanto as suas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais. Em sua área de atuação, a empresa foi responsável pela construção, desde infra-estruturas como rede de esgoto, de água e de eletricidade, até a abertura de trechos de ferrovia, além de hospitais, cinema, quadra de esportes, cassino, etc. Ela possuía técnicos como carpinteiros e mecânicos e equipou sua estrutura urbana como de grandes centros da época (BATISTA, 1995, p.5). Seu proprietário, o português Tomás Laranjeira, em decorrência de sua influência junto ao governador da época, Antonio Maria Coelho, deteve a concessão de uso de

uma longa faixa de terra, avançando o monopólio que chegou a 3 milhões de hectares, proporcionando um lucro extraordinário. Em 1924, por exemplo, a empresa atingiu rendimento seis vezes maior que a receita do Estado, permitindo-lhe inclusive a realizar empréstimos ao governo (BATISTA, 1995 p.7-8).

## **2. O povoamento e a formação econômica da Grande Dourados**

Até as primeiras décadas do século XX a exploração da Companhia Mate Laranjeira em vasto território, hoje sul-mato-grossense, era a base da economia regional, também havendo pequenos núcleos de contingentes militares que foram ali instalados visando a segurança do território nacional. É ainda do final do século XIX o início da migração gaúcha - pós-revolução Federalista, dando o início da agricultura de subsistência, com a criação da primeira fazenda na região, em 1896, pelo mineiro João Ferreira. Posteriormente, em 1910, João funda, com Marcelino Pires, o Patrimônio de Dourados onde cultivava-se basicamente milho para os porcos e arroz.

Frente às condições humanas e econômicas, favoráveis a ocupação do território, com a chegada de colonos para o efetivo povoamento e as potencialidades produtivas, o posicionamento do governo em relação ao amplo monopólio da companhia Mate Laranjeira no Estado foi revisto. Políticos como Pedro Celestino, coronéis e outros rivais da companhia, em defesa das terras públicas, tentaram impedir a prorrogação da concessão da empresa, mas não alcançam vitória imediata.

Em escala nacional, a política de incentivo à entrada de estrangeiros no país, institucionalizada pela Constituição de 1891, reforçou o descontentamento com o domínio de Mate Laranjeira sobre vastas áreas do estado, valorizadas pela Lei de Terras de 1850. Assim, o governo do Estado Novo, na década de 30, propõe a nacionalização das fronteiras, com objetivo tanto econômico, contra o expansionismo e latifúndio da companhia de Tomas Laranjeira, quanto estratégico, pois buscava maior soberania nacional.

Por isso, são fundados, por meio de Decretos-Leis, diversos territórios nacionais, dentre os quais o Território Federal de Ponta Porã (criado em 13 de setembro de 1943 e extinto em 1946) e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, criada em 28 de outubro de 1943. Esta última recebeu enorme contingente de

migrantes, principalmente nordestinos, gaúchos, mineiros e paulistas, como pode ser observado no quadro 1., interessados em ocupar os lotes de 30 hectares, em média, oferecidos gratuitamente, dando assim, uma outra dinâmica à região.

**Quadro 1. Migração Histórica em Dourados do ano de 1970 a 2000.**

Destaques nacionais (% sobre os não naturais)				
	1970	1980	1991	2000
peessoas de SP	16.955(51,1%)	16.558(41,1%)	17.474(36,5%)	18.919(40,1%)
peessoas de MG	3.538 (10,6%)	3.416 (8,4%)	3.675 (7,7%)	3.024 (6,4%)
peessoas de PE	2.430 (7,3%)	2.570 (6,3%)	2.331 (4,8%)	2.132 (4,5%)
peessoas de BA	2.359 (7,1)	2.160 (5,2%)	2.005 (4,1%)	2.027 (4,2%)
peessoas de CE	1.901 (5,7)	2.364 (5,8)	2.219 (4,5%)	2.058 (4,2%)
peessoas de PR	1.604 (4,8%)	4.332(10,7%)	8.389(17,5%)	7.997(16,9%)
peessoas de RS	730 (2,1%)	4.064 (10%)	5.347(11,1%)	4.241 (9%)
Destaques estrangeiros (% sobre total de estrangeiros)				
	1970	1980	1991	2000
Pessoas do				
Japão	500 (37,8%)	361 (50,6%)	340 (40,7%)	281 (36,3%)
Total de				
estrangeiros	1.321	713	835	774
População total	79.186	106.500	135.988	164.949

Fonte: Setor de informações IGBE/MS.

Segundo MOTA, SILVA e MIZUSAKI (2001, p. 50), para a consolidação da colônia agrícola foram oferecidos, além do lote, instrumentos de trabalho, moradia, animais e assistência médica. Atraentes oportunidades na reconstrução das vidas desses migrantes, mas que na visão de Vicência Santos:

[...] através da campanha “Marcha para o Oeste”, o governo passava a idéia de preocupação com as classes minoritárias e dessa forma escamoteava um dos principais razões dessa campanha, que era evitar que os conflitos gerados pelos trabalhadores rurais, sobretudo aqueles desencadeados pela excessiva concentração de terras, se avolumassem e tomassem uma proporção perigosa. Assim, como projeto colonizador resolviam-se vários problemas, simultaneamente, a saber: a permanência do homem no campo, a segurança do Estado e desalojava-se o poder da Companhia Mate Laranjeira (além da ocupação de áreas “vazias”). (2001 p.56)

Com o passar do tempo a situação desses colonos piorou já que estavam privados de qualquer política de incentivo à produção comercial e infra-estruturas como estradas para o escoamento. Segundo HAES (1982), essas infra-estruturas só chegariam na década de 60, quando o Estado “visando atender as demandas por produtos agrícolas para o espaço urbano industrial que estava se desenvolvendo em São Paulo, começa a desenvolvê-las”. Sendo-lhes possível somente a produção de subsistência, tornou-se insustentável e, após a emancipação da Colônia em 1968, viram-se obrigados a venderem suas terras transformando-se em mão-de-obra barata, apropriados à abertura de novos loteamentos no norte do país ou transferindo-se para as cidades da região. Esse foi um período de criação de um grande número de novos municípios, essa fragmentação do território, antes denominado de Colônia Agrícola Nacional de Dourados em diversos municípios pode indicar, junto à análise preliminar da dinâmica populacional da região, no período dos últimos 50 anos, uma insustentabilidade territorial em manter tal estrutura frente ao modelo de desenvolvimento aplicado, coerente a lógica da economia de mercado global, a qual se apropria dos espaços urbano e rural de maneira seletiva e excludente, porém reticular. No quadro 2 podemos ver as datas de emancipação desses novos municípios, que hoje pertencem a chamada Região da Grande Dourados.

**Quadro 2. Data de Emancipação Política dos  
Municípios da Grande Dourados**

Dourados	20 de dezembro de 1925
Maracaju	07 de julho de 1928
Rio Brilhante	26 de setembro de 1929
Itaporã	10 de dezembro de 1953
Caarapó	20 de dezembro de 1958
Gloria de Dourados	11 de novembro de 1963
Jateí	11 de novembro de 1963
Fátima do sul	11 de dezembro de 1963
Deodápolis	13 de maio de 1976
Douradina	12 de maio de 1980
Vicentina	20 de junho de 1987
Jutí	14 de dezembro de 1987
Nova Alvorada do Sul	18 de dezembro de 1991

**Fonte:** Seplanct. Secretaria de Estado de planejamento e de ciência e tecnologia

**Organização:** Ana Gabriela de J. Araújo

Em paralelo, a análise do quadro 3 nos aponta o início do êxodo rural com uma redução expressiva do campesinato e aumento da população nas cidades. Assim, a região passou por uma profunda transformação em sua estrutura fundiária e em suas relações de produção, dando uma nova configuração espacial. O Estado atuou como ator principal na incorporação desse conteúdo expropriador, em forma de latifúndios, que visava a agricultura de exportação ao mesmo tempo em que o território incorporava grande contingente populacional, proveniente de diversos lugares, não mais atraído pela doação de terras para cultivos de subsistência.

<b>Quadro 3. Evolução demográfica dos municípios que compunham a Colônia Agrícola Nacional de Dourados</b>										
Municípios	População urbana					População rural				
	1940	1950	1960	1970	1980	1940	1950	1960	1970	1980
Deodápolis	-	-	-	-	7297	-	-	-	-	10778
Douradina			96	1242	1944	-	-	4101	3765	3563
Dourados	1821	3234	11491	29321	82905	13164	14482	29881	32881	18081
Fátima do Sul	-	-	3545	9221	16454	-	-	21447	31692	16859
Gloria de Dourados	-	-	1432	6449	7820	-	-	17702	34625	8375
Jateí	-	-		580	1098	-	-	-	11535	5681

**Fonte:** IBGE *apud* SANTOS, Vicência, 2001

Paulo Roberto Cimó QUEIROZ (1988) contradiz o discurso oficial que falava em “fracasso do núcleo de civilização”, escrevendo que o ocorrido foi reflexo da “modernização conservadora – tão típica da história brasileira e que, agora como antes, visava elevar para novos patamares a acumulação de capital mantendo intocados os mecanismos que sempre garantiram o poder e os privilégios das classes dominantes” (p.33). Observa-se, assim, que a questão da colônia agrícola foi tratada com descaso à medida que os cenários econômicos internos e externos se modificavam. A retomada no processo de colonização de Getúlio Vargas a partir da década de 50 assumiu, assim, caráter planejado, com intervenções dirigidas ao expansionismo do capital monopolista, sendo seus reflexos observados posteriormente.

Na década de 1970, baseados na teoria de Pólos de Desenvolvimento de PERROUX, a Comissão Interestadual das Bacias do Paraná e Uruguai (CIBPU) seguindo critérios como ritmo de urbanização e infra-estrutura econômica, escolhe como potencialidades geoeconômicas as cidades de Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Campo Grande (citando as que hoje são sul-mato-grossenses, ressalva-se que mais cinco cidades ao norte também foram elevadas à categoria de pólos de



desenvolvimento), canalizando os investimentos públicos: [...]”onde o Estado concentra todos os esforços promocionais na implantação de distritos industriais visando - seguindo a ótica do planejamento burocrático - fomentar/disciplinar o desenvolvimento desse pólo e, a partir dele, a economia regional desenvolver-se, de modo que o crescimento se processa e se propaga para as áreas sob sua influência” (SOUZA, Adauto,1998, p. 07), remetendo-se assim, ao modelo “centro-periferia” de Cristaller e cristalizando a terminologia “Grande Dourados”.

Através do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1975-79) e da criação de Superintendências Federais, como SUDENE, SUDAM e SUDECO, esta direcionada ao Centro-Oeste, responsável por programas setoriais como PRODEPAN (Programa de Desenvolvimento da Região do Pantanal) e PRODEGRAN (voltado à região da Grande Dourados), focados no ideário nacional desenvolvimentista, que procuravam racionalizar o espaço de modo a produzir por setores (sempre visando a exportação). Além disso, objetivavam a desconcentração econômica do Sudeste e um maior equilíbrio espacial setorial, fazendo do Estado cumpridor com o papel de parceiro do capital na (re)definição da ordem vigente, ao valorizar e atribuir funções regionais à porção sul do então Mato Grosso, inserindo a cidade de Dourados no contexto nacional como um celeiro agrícola em potencial.

Com uma política de mecanização maciça da agricultura que, segundo o IBGE, no período de 1970-1985, houve um aumento de 700% no número de tratores na região, concentrados em 30% dos estabelecimentos rurais, observamos a expansão de uma burguesia rural, voltada para produção de culturas comerciais (soja, principalmente) e pecuária extensiva (QUEIROZ, 1998) causando a redução do campesinato. Evidencia-se o impacto das ações do Estado buscando o desenvolvimento pautado na industrialização, produzindo mudanças na ordem econômica, social, política e na ocupação e (re)ordenação espacial (SOUZA, 1997). Além disso, concorda-se com Milton Santos quando diz que o espaço é um híbrido, composto de forma e conteúdo, onde heranças físico-territoriais e sócio-geográficas manifestam-se no presente influenciando o futuro, essas *rugosidades* representam “o material acumulado das ações humanas através do tempo” e concorrem com ações funcionais que animam tal espaço, dinamizando-o (2002, p.106). Tais ações,

apresentam-se cada vez mais racionais e técnicas, pois seguem a lógica de (re)produção atual do capital de maximização dos lucros. Diante da escala global de produção, a intensificada divisão territorial do trabalho impõe às cidades uma nova dinâmica funcional, cada vez mais especificada, que transforma sua organização espacial. Nessa perspectiva de diferenciação entre os lugares, os que expressarem maior potencialidade na produção, circulação e distribuição de mercadorias, capital, informações, etc. consolidam tal centralidade e articulam-se numa nova lógica reticular de produção. Sob esta ótica e com a divisão efetiva do Estado do Mato Grosso em 1979, reforça-se o discurso progressista sobre a potencialidade de Dourados como pólo regional na obtenção de maior atenção e investimentos locais.

### **3. A consolidação da Grande Dourados como centro regional**

Sobre a continuidade da expansão do capital, definido por GOETTERT (1999), como relações, faz-se necessária a observação de como se dá o processo de sua territorialização e como essas novas relações se estabelecem. Para o autor, a mobilidade de homens e mulheres permite o estabelecimento de novas relações políticas e culturais que, após agrupados numa nova sociedade e apresentando-se num determinado lugar, territorializar-se-ão.

Isto pode ser verificado em Dourados, a partir da entrada da população considerada mão-de-obra especializada, que incrementou e fomentou a ampliação comercial da cidade estabelecendo a necessidade de novos padrões de consumo, mercadorias, valores, etc. elevando-a à principal centro regional, submetendo os municípios vizinhos à sua área de influência. Daí também se deve a criação de órgãos de pesquisa na área de agropecuária, como a EMBRAPA e as Universidades públicas, responsáveis, juntamente com outros estabelecimentos, por um impulso em diversos setores.

Ainda seguindo o II PND e projetando-se uma inserção no contexto nacional e internacional (ainda que de modo dependente e subordinado), o ideário de “Celeiro Agrícola” do país foi fortemente propagado. Estímulos como crédito agrícola, programas de investimento, leis de incentivos fiscais e a criação de infra-estruturas

(como a ampliação de estradas, rede de energia, armazéns, assistência técnica, etc.), necessárias para uma maior produção e facilidade de escoamento, foram amplamente realizados, alterando novamente o espaço de Dourados em consideráveis amplitudes, sociais, políticas, econômicas e culturais.

Como escreveu Milton Santos:

Os eventos dissolvem as coisas (C. Diano, 1994, p. 91), eles dissolvem as identidades, propondo-nos outras, mostrando que não são fixas [...] Não há evento sem ator [...] os eventos sociais resultam da raça humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais. Aqui, é o movimento da sociedade que comanda, através do uso diversificado do trabalho e da informação”.(2002 p. 147)

Inseriu-se, assim, a cidade num contexto econômico global, ainda nas palavras de Goettert [...] ”isso é possível de verificação, na prática, do aumento espantoso da produção da soja no Mato Grosso do Sul de 1970 a 1985, com uma expansão da área de cultivo na ordem de 22.499%, provocando uma alteração profunda na paisagem agrícola (e também urbana) da região” (p. 25).

Sempre seguindo os ditames do planejamento econômico nacional, a região da Grande Dourados passou novamente por metamorfoses estruturais no final da década de 80, quando novos mecanismos de acumulação capitalistas foram criados no Estado do Mato Grosso do Sul. Aponta-se na região, em decorrência ao período desfavorável da soja no contexto internacional, um processo de diversificação econômica em expansão vertical, atraindo grande número de indústrias processadoras e beneficiadoras da matéria-prima produzida na região permitindo-lhe maior agregação de valor e serviços e obtenção de lucros.

Contudo, diante da amplitude do uso da terminologia “Região da Grande Dourados” e sua base lógico-positivista, a qual admite recortes quantitativos com propósitos funcionais e específicos, reforçando assim a idéia de “diferenciação de áreas” (CORREA, 2001) que seriam contínuas e coerentes, bem como a análise do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável formulado pelo governo do Estado

(2001, p.9), que diz:"[...] a escolha dos municípios para formar a Região da Grande Dourados obedeceu critérios de ordem econômica, geográfica, histórica e social. Na prática, buscou-se identificar o grau de homogeneidade dos setores produtivos, vias de comunicação e acesso, infra-estruturas, meio ambiente, bacia hidrográfica e outros[...]" e diante da fundamentação de tal conceito, amplamente divulgado e absorvido pelo inconsciente coletivo, questionamo-nos quanto à coerência espacial da região, sua homogeneidade e continuidade propagadas, na medida em que, cada vez mais, estas 12 cidades estão inseridas, cada qual de sua maneira, em processos globalizantes com diferentes níveis escalares, sejam eles econômicos ou sociais.

Concordamos assim com a afirmativa de Rogério Haesbaert quando diz que:

As abordagens funcionalistas sobre a região negligenciam a dimensão específica do vivido. Como afirma Entrikin (1991)",caracterizar lugares como todos funcionais ou como sistemas regionais tem uma utilidade clara no planejamento de atividades ou na vida cotidiana, quando vemos o lugar como algo que nos é exterior e como algo a ser manipulado para fins particulares".Esta concepção funcional de lugar e região é, contudo, um constructo intelectual que abstrai as qualidades contextuais específicas que proporcionam a sua significância existencial (131 id. p.22).

No caso de Dourados, não seria melhor então a utilização de termos como "regionalização global em rede" (HAESBAERT, 1999 p.31) ou "polarização tipo rede" (VELTZ *apud* SANTOS, 2002)?

Surge então a necessidade de definição de novos conceitos aplicados à realidade local, inserida em circuitos de globalização dinâmicos e cada vez mais reticulares, que apesar de carregar vestígios de seu processo histórico, de fundamentação ideológica progressista com um desenvolvimento hierárquico polarizado (Cristaller), sujeita-se aos atuais movimentos das coisas e dos eventos, pois [...] "O mundo em movimento supõe uma permanente redistribuição dos eventos,

materiais ou não, com uma valorização diferente dos lugares [...] Em cada momento, a unidade do mundo produz a diversidade dos lugares". (SANTOS, p.158), confirmando o caráter mutável do espaço passível, o tempo todo, de novas geografizações.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Gilberto Luis. *Mato Grosso e a História: 1870-1929*. In: Boletim Paulista de Geografia. nº. 61. São Paulo, AGB, 1984.

BATISTA, Luis Carlos. 1995. *Cadernos de Formação: Processo de organização do espaço agrário do Mato grosso do Sul*. Departamento de Geociências, CEUA.UFMS.

CALIXTO, Maria Jose Martinelli da Silva. 2004. *Produção, apropriação e consumo do espaço urbano: uma leitura geográfica da cidade de Dourados, MS*. Campo Grande: Editora da UFMS.

CORREA, Roberto Lobato. 2001. *Trajatórias Geográficas*. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.

GOETTERT, Jones D. *Expansão e territorialização do capital monopolista no Mato Grosso*. In: Revista de Geografia/UFMS, ano V, nº10, jul-dez de 1998, Campo Grande/MS.

HAESBAERT, Rogério. 1999. *Região, diversidade territorial e globalização*. In: Revista GEOgraphia, ano 1, nº. 1.UFF: Niterói.

MOTA, Ivanete, SILVA, Maria Celeste, MIZUSAKI, Márcia. *A reprodução camponesa em Fátima do sul: Estudo de Caso*. In: Revista de Geografia/UFMS, ano VII, nº. 13, jan-jul de 2001, Campo Grande/MS.

Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável, COREDES, Seplanct. MS, 2001.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Breve roteiro das transformações no campo sul-mato-grossense entre 1970 e 1985*. In: Revista de Geografia/UFMS, ano IV, nº. 8, jul-dez de

1998, Campo Grande/MS.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. 2001. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, Milton. 2002. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP.

SANTOS, Milton. 2005. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP.

SANTOS, Vicência D. G. *A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul meridional*. In: Revista de Geografia/UFMS, ano VII, nº. 13, jan-jul de 2001, Campo Grande/MS.

SOUZA, Adauto de O. *Distritos Industriais de Dourados (MS): intenções, resultados e perspectivas*. In: Revista de Geografia/UFMS, ano IV, nº. 5, jan-jul de 1997, Campo Grande/MS.

SOUZA, Adauto de O. *Intervenção Estatal, Pólos e distritos Industriais. O caso de Mato Grosso do Sul*. In: Revista de Geografia/UFMS, ano IV, nº. 7, jan-jul de 1998, Campo Grande/MS.

